

Brasília, 11 de abril de 2016.

Sr. José de Jesús Orozco Henríquez
Relator sobre os Direitos de Defensores de Direitos Humanos Relatoria sobre
Defensoras/es de Direitos Humanos

Comissão Interamericana de Direitos Humanos
1889 F St., N.W.
Washington, D.C., 20006 EUA
Via e-mail: cidhdefensores@oas.org

URGENTE

Ref: Escalada de violência no Brasil: primeira semana de abril de 2016 registra atentados contra defensoras de direitos humanos e deixa três mortos, dois presos e dezenas de pessoas feridas no país.

O **Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos**, organização da sociedade civil que articula a pauta de defensores e defensoras de direitos humanos no Brasil, neste ato representado pelas organizações **Artigo 19, Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia – AATR, Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra –ES, Comissão Pastoral da Terra, Conselho Indigenista Missionário, Justiça Global, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos, Terra de Direitos** vêm, por meio deste, informar a escalada de violência no Brasil que somente na primeira semana de abril, deixou 03 mortos, 02 presos e dezenas de feridos. Em 2016 já são 13 defensoras e defensoras de Direitos Humanos assassinados.

Neste momento, todo o mundo acompanha a intensa crise política instalada no Brasil, onde setores do Poder Legislativo, do Sistema de Justiça, da imprensa e das elites econômicas buscam a todo custo promover o impeachment da Presidenta da República, por meio de estratégias político - jurídicas que significam a ruptura com a legalidade democrática.

Movimentos sociais de todo o país intensificam as manifestações populares reivindicando a garantia do Estado Democrático de Direito, a manutenção dos direitos constitucionais conquistados e a efetivação das políticas públicas de direitos humanos estruturantes como reforma agrária, urbana, saúde, educação, etc. Ao mesmo tempo em que essas manifestações sociais, legítimas e típicas de regimes democráticos aumentam por todo o país, crescem também a violência, a repressão e a criminalização que os movimentos sociais sistematicamente enfrentam.

Neste sentido, os fatos abaixo narrados demonstram de forma irrefutável o avanço nesta escalada de violência e repressão contra defensores/as de direitos humanos no Brasil, e merecem atenção desta Relatoria:

Relato detalhado:

Ref: Emboscada no assentamento familiar do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) em Quedas do Iguaçu – PR

Na tarde de quinta-feira (07 de abril), famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), organizadas no Acampamento Dom Tomas Balduino, no **município de Quedas do Iguaçu**, região central do estado do Paraná, foram vítimas de uma emboscada promovida pela Polícia Militar (PM) da região e por seguranças privados da empresa Araupel. Vilmar Bordim, 44 anos, casado, pai de três filhos e Leomar Bhorbak, de 25 anos, com esposa grávida no nono mês da gestação, ambos trabalhadores rurais, foram assassinados no ataque. Outros 07 trabalhadores também ficaram seriamente feridos e duas pessoas foram conduzidas para prestar depoimento na delegacia, mas já foram liberadas.

Segundo nota divulgada pelo MST, a *“emboscada ocorreu enquanto aproximadamente 25 trabalhadores Sem Terra circulavam de caminhonete e motocicleta, há 6 km do acampamento, dentro do perímetro da área decretada pública pela justiça, quando foram surpreendidos pelos policiais e seguranças entrincheirados.”* Por quase duas horas a área foi isolada pela PM, impedindo o acesso de familiares, socorro aos feridos bem como acesso de qualquer pessoa que quisesse documentar a cena do crime.

A sociedade civil e os movimentos sociais apontam que a polícia militar está agindo de forma a incriminar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Por essa razão, o Ministério da Justiça, através de pedidos realizados pela Terra de Direitos e outras organizações, determinou abertura de Inquérito Policial pela Polícia Federal. No entanto, dois integrantes do MST tiveram suas prisões preventivas decretadas enquanto estavam ainda hospitalizados. Um deles, **Henrique Gustavo Souza Pratti**, foi submetido a uma cirurgia relativa a fratura exposta na perna, derivada de impacto de projétil de arma de fogo. Ele teve alta hospitalar e foi encaminhado à carceragem, que não tem condições de oferecer a Henrique as condições recomendadas para sua recuperação. Outra vítima da emboscada, o trabalhador **Pedro Marcelino**, que encontra-se atualmente internado em hospital e tem contra si um mandado de prisão expedido, foi impossibilitado de consultar reservadamente seu advogado, Claudemar Aparecido de Oliveira, pela delegada do município. Um vídeo gravado pelo advogado mostra a presença de um agente da polícia na sala da UTI onde Pedro está internado.

Ref: Prisão arbitrária de Rosivaldo Ferreira da Silva, o Cacique Babau Tupinambá, e seu irmão José Aelson Jesus da Silva, o Teity Tupinambá

Na manhã de quinta-feira, 07 de abril, Rosivaldo Ferreira da Silva, o cacique Babau Tupinambá, e o irmão, José Aelson Jesus da Silva, o Teity Tupinambá, foram presos pela Polícia Militar (PM) do município de Olivença por discordarem da exploração comercial de um areal dentro da terra indígena Tupinambá de Olivença, que aguarda a conclusão de seu processo administrativo de demarcação. Ambos são defensores de direitos humanos ameaçados e já sofreram várias tentativas de assassinato, além de seu povo sofrer uma forte

campanha na mídia local que tenta desqualificar seus direitos ao território tradicional e a legitimidade de sua luta. O Juiz Federal de **Ilhéus** negou a realização de audiência de custódia, prevista em lei como ato imprescindível de avaliação sobre a necessidade ou não da manutenção da prisão, e determinou o encaminhamento dos detidos ao Presídio daquele município, onde há sério receio de que Babau e José Aelson sofram violências ou mesmo atentado contra suas vidas, conforme relato do próprio Cacique à Relatora Especial das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas por ocasião da sua visita à Aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro em 13 de março de 2016.

Outros casos ocorridos em 2016

Na noite de quarta-feira (6), o assentado da reforma agrária Ivanildo Francisco da Silva, presidente municipal do Partido dos Trabalhadores e suplente de vereador **no município de Mogeiro, na Paraíba**, foi assassinado com dois tiros. Vítima do latifúndio, o defensor dos trabalhadores e trabalhadoras morreu na frente de sua filha de um ano.

Na terça-feira (5) outro atentado contra um acampamento do MST. Um grupo de pessoas não identificadas incendiou, o acampamento Hugo Chaves, localizado no Km 4 às margens da RO-140, em **Cacaulândia, no Vale do Jamari, de Rondônia**. Os moradores do local haviam sido expulsos do acampamento com disparos de arma de fogo na última segunda-feira (4). Cerca de 300 pessoas entre homens, mulheres, idosos e crianças, que deixaram o local às pressas ficaram em alojamentos da cidade e souberam do incêndio de suas casas através de notícias divulgadas nas redes sociais. É importante dizer que o Estado de Rondônia sofre com uma crescente violência no ano de 2016, com atuação forte de jagunços e fazendeiros. Dois trabalhadores rurais estão desaparecidos no Estado e um corpo carbonizado foi encontrado recentemente. As organizações de direitos humanos apontam que esse corpo, ainda em processo de identificação, é de um dos trabalhadores desaparecidos, o que faz com que só o Estado de Rondônia tenha 04 mortes de defensores de direitos humanos em 2016.

Em fevereiro deste ano foi enviado um informe a esta relatoria relatando que 08 defensores de direitos humanos haviam sido assassinados em 2016 no país, número superior ao encontrado no mesmo período no ano de 2015. Além dos casos acima relatados, no último dia do mês de março, **na comunidade quilombola Cruzeiro, município de Palmerandia, norte do Maranhão**, foi encontrado morto por disparo de arma de fogo o trabalhador rural quilombola conhecido por Zé Sapo. Sua morte se relaciona a violento conflito agrário instaurado há quase uma década na localidade.

Já são 13 pessoas assassinadas no país em decorrência de sua atuação na defesa dos direitos humanos.

Solicitação:

Todos esses fatos demonstram a escalada de violência que vem acontecendo no Brasil. Somente em 2016, já são 13 mortes de defensoras e defensores de Direitos Humanos levantadas pelo Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

Em todos os casos acima citados, medidas urgentes devem ser tomadas pelo Estado Brasileiro para garantir as investigações, a apuração dos fatos, a responsabilização dos envolvidos, bem como a vida e integridade do Cacique Babau e Teity, que permanecem presos.

Por essa razão, solicitamos o apoio da *Relatoria Especial sobre o Direito de Defensores de Direitos Humanos* para que seja dada visibilidade internacional aos casos acima relatados, bem como um posicionamento da *Relatoria Especial* que busque relembrar as obrigações do Estado Brasileiro frente a defesa dos direitos humanos assumidas nos tratados internacionais dos quais é signatário. É importante ressaltar a necessidade de que o Brasil adote medidas urgentes, nos seguintes termos:

1) Com relação ao massacre no Acampamento Dom Tomas Balduino do MST:

- a) Que o Ministério Público Federal, através da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão acompanhe as investigações;
- b) Seja garantida imediata proteção às defensoras e defensores de direitos humanos do acampamento, bem como garantida assistência e pleno acesso à justiça a todas as famílias que tiveram seus entes feridos e mortos no atentado;

2) Com relação à prisão do Cacique Babau e Teity:

- a) Envio de apelo ao Estado Brasileiro para que garanta a vida e integridade física de ambos, reconhecendo a situação de perigo que correm ao permanecerem no presídio de Ilhéus, solicitando sua imediata transferência;

3) Com relação aos demais casos:

- a) Investigação imediata de todos os casos de assassinatos e atentados realizados em 2016;
- b) Atuação imediata no Estado de Rondônia para investigação das violações sofridas pelos/as trabalhadores/as rurais e garantia de suas integridades físicas;
- c) Que o Estado Brasileiro adote medidas imediatas para proteger os defensores e defensoras de Direitos Humanos no País;

Certos de sua compressão, agradecemos desde já e contamos com o apoio.

Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos,

Artigo 19

Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia – AATR

Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra –ES

Comissão Pastoral da Terra - CPT

Conselho Indigenista Missionário - CIMI

Justiça Global

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Movimento Nacional de Direitos Humanos

Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos

Terra de Direitos

Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos - SDDH

Contatos:

Artigo 19. Telefone: 55 11 99154 3624.

E-mail: julia@article19.org.br

Terra de Direitos. Telefone. 55 93 991402579

E-mail: layza@terradedireitos.org.br

Terradedireitos@terradedireitos.org.br

Justiça Global. Telefone 55 21 98041 8631 / 2544 2320

E-mail: neto@global.org.br